PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO DA IGUALDADE

O que é igualdade? Como podemos encontrá-la? Antes de definir a igualdade tributária, vamos entender a definição de igualdade. O Dicionário Aurélio (2010) afirma ser *"Qualidade ou estado de igual"*. E o que é igual? O mesmo dicionário afirma ser o *"Que tem a mesma aparência, estrutura ou proporção. Que tem o mesmo nível; plano. Que tem a mesma grandeza, valor, quantidade, quantia ou número; equivalente."*

Então, igualdade é o que tem a mesma condição ou que está na mesma categoria, estrutura, valor ou número. Para o significado legal, na acepção da norma, o artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, declara que *"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, (...)"*. Observe que tal definição é genérica e serve para todos os ordenamentos jurídicos, demonstrando a equivalência entre os brasileiros.

Já a igualdade tributária pode ser encontrada no artigo 150, inciso II, da Constituição Federal, quando diz ser proibido aos entes públicos instituir tratamento desigual para contribuintes que estão em situações equivalentes. Em outras palavras, não pode o ente público instituir tratamento diferenciado para contribuintes que praticam o mesmo fato gerador.

Hugo de Brito Machado (2008) entende que o princípio da igualdade é o guardião do tratamento uniforme pelo ente tributante dos que se encontram na mesma condição perante o fato gerador do tributo.

Na visão de Luís Cesar Souza de Queiroz, podemos encontrar que o *"Princípio Constitucional da Igualdade é o complemento, necessário (sempre presente) e condicionante (pois limita o conteúdo), do aspecto declaratório prescritivo do antecedente de toda norma constitucional de produção normativa, portador de elevada carga axiológica, o qual determina que norma jurídica (válida, constitucional) poderá ser produzida, tratando igual ou desigualmente pessoas e coisas, desde que o critério de classificação eleito para igualar ou desigualar e a medida da igualdade ou da desigualdade no tratamento normativo estejam informados pelos valores (e finalidades) presentes na Constituição da República, e que tal medida seja direta e racionalmente proporcional ao critério de classificação eleito."* (QUEIROZ, 2003)

A entidade tributante deve, nessa condição, respeitar o tratamento igualitário entre os iguais abrangidos pela norma instituída e que visa declarar um mesmo fato gerador que deverá ser cumprido por todos. O cumprimento desse requisito é essencial para a plenitude do princípio constitucional da igualdade.

Não pode o ente público de forma alguma ou por qualquer pretexto, inclusive o da arrecadação, escolher por meio de edição da norma tributária advinda de um mesmo fato gerador, qual contribuinte deve pagar mais ou menos imposto.

Não se fala da capacidade contributiva de cada um, mas das normas gerais que abrangem a todos e que devem ser aplicadas de forma uniforme e geral. Permitir a discriminação dessas normas gerais é descumprir o princípio da igualdade, privilegiando uns em detrimento de outros.

Voltando ao jurista Hugo de Brito Machado, seu pensamento corrobora com esse entendimento quando diz que *"O princípio da igualdade, numa visão formalista e dirigido apenas ao aplicador da lei, pode significar apenas o caráter hipotético da norma, a dizer que, realizada a hipótese normativa, a consequência deve ser igual, sem qualquer distinção decorrente de que seja a pessoa envolvida. Assim, se a norma estabelece que quem for proprietário de imóvel deve pagar imposto, o imposto é devido, seja qual for o proprietário do imóvel, em cada caso."* (MACHADO, 2008)

Portanto, o princípio da igualdade, pilar do regramento tributário, obriga o ente público a respeitar os contribuintes de um mesmo tributo e que estão na situação de paridade e contribuição, não permitindo que um receba benefício mais benéfico em relação ao outro.

O princípio constitucional tributário da igualdade é tão forte, que Eduardo Marcial Ferreira Jardim afirma que *"Por outro lado, a discriminação de alíquotas em virtude da destinação do imóvel ofende a igualdade, porquanto este critério nada diz com o signo de riqueza em tela, ou seja, desatende ao nexos plausível pugnado por Celso Antônio Bandeira de Mello. Inconstitucionalidade desse jaez é comum na legislação das municipalidades, inclusive em São Paulo, porquanto os imóveis comerciais estão sujeitos a alíquotas mais elevadas em relação aos residenciais, em flagrante desconcerto com o primado da igualdade, máxime porque inexistente o chamado nexos plausível que justifique a referida discriminação"* entre imóveis. (JARDIM, 2016)

Por fim, observando o princípio constitucional tributário da igualdade no Imposto de Renda (de competência da União e que incide sobre a renda e proventos de qualquer natureza, tendo como *"fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos"* ou *"de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos"* na definição anterior), temos que os contribuintes que praticarem os mesmos fatos geradores deverão sofrer sua incidência de forma igualitária, sem benefício direcionado ou acordado.

Com isso, as regras gerais devem ser iguais para todos na mesma condição de igualdade, servindo, assim, para preservar a capacidade contributiva e a harmonia entre os pares de um mesmo fato gerador. Aceitar que o ente público desobedeça à aplicação do princípio constitucional tributário da igualdade, é impor obrigação desigual entre pares de um mesmo fato gerador, quebrando a capacidade contributiva e a harmonia que deve reinar na relação contribuintes x ente público arrecadador.

Marco Antonio Mourão de Oliveira, 41, é advogado, especialista em Direito Tributário pela Universidade de Uberaba-MG e Finanças pela Fundação Dom Cabral-MG.